

HABEAS CORPUS Nº 565.082 - MG (2020/0056676-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : NÁDIA DE SOUZA CAMPOS - MG059101
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : BRENDA SAMONELE RODRIGUES MACEDO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de BRENDA SAMONELE RODRIGUES MACEDO, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (Agravo em Execução n. 1.0024.14.023332-1/001).

O Juízo da Vara de Execuções Penais deferiu à paciente a remição de 24 (vinte e quatro) dias de sua pena, em virtude do estudo.

Irresignado, o Ministério Público interpôs agravo em execução perante a Corte Estadual, que proveu o recurso, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL - REMIÇÃO DA PENA PELO ESTUDO - INCONFORMISMO MINISTERIAL - ESTUDO BÍBLICO - CURSO NÃO CONTEMPLADO PELA LEI DE EXECUÇÃO PENAL - RECURSO PROVIDO. - Conforme dispõe o art. 126, §1º, inciso I, da Lei de Execução Penal, somente os cursos escolares - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - podem remir a pena do reeducando pelo estudo, e, não sendo a hipótese dos autos, de rigor a reforma da r. decisão de primeira instância.

Foram opostos embargos de declaração, que restaram rejeitados.

Agora a defesa apresenta o presente *habeas corpus*, sustentando que o aprendizado e a formação como Missionária possibilita à paciente o exercício de ocupação profissional lícita e digna, sendo impositiva a interpretação *in bonam partem* do art. 126, §111,1 da LEP, isto é, o uso da analogia em benefício da ré, permitindo a aplicação da norma de forma mais branda/favorável.

Pugna, em liminar, a suspensão dos efeitos da decisão impugnada até o julgamento deste *writ* e, no mérito, seja reformada a decisão impugnada, declarando a remição da paciente, em consideração ao curso realizado e, por conseguinte, a retificação

dos dados nos bancos próprios do TJMG, SEEU e da SEDS.

Liminar indeferida às fls. 252/253.

Informações prestadas às fls. 260/323.

O Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem, conforme parecer de fls. 328/334.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal que justifique a concessão da ordem de ofício.

O acórdão impugnado trouxe o seguinte:

De relevo ressaltar, por oportuno, que a Lei de Execução Penal é expressa em estabelecer as únicas hipóteses em que o estudo poderá remir a pena do reeducando, constando no art. 126 do referido Diploma Legal as condições necessárias para a concessão do benefício em tela, senão vejamos:

“Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de:

I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;

(...) § 2º As atividades de estudo a que se refere o § 1º deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados” (sem grifos no original).

É possível extrair do dispositivo legal retromencionado, portanto, que o legislador optou, expressamente, por reconhecer que a remição pelo estudo de frequência escolar se dará nas hipóteses taxativamente previstas, quais sejam, atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de

requalificação profissional, o que, diga-se de passagem, não é o caso dos autos, já que o estudo realizado pela agravada consistiu em treinamento bíblico. Além disso, é bom que se diga que não restou demonstrado nos autos que a instituição de ensino responsável pelo estudo seja certificada pelas autoridades educacionais competentes.

Nesse contexto, tratando-se de interpretação restritiva, não há como se reconhecer o curso religioso frequentado pela reeducanda para fins de remição da pena (fls. 243/248).

Com efeito, o Tribunal de origem não divergiu da jurisprudência dominante nesta Corte Superior de que, para efeitos de remição, o estudo profissionalizante deve ser realizado mediante supervisão da administração penitenciária de modo a restar comprovado que a carga horária foi devidamente cumprida.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO PELO ESTUDO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO PELA UNIDADE PRISIONAL. ART. 126 DA LEI DE EXECUÇÕES PENAIS. RECOMENDAÇÃO N. 44/2013 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. DECISÃO MANTIDA. 1. Na hipótese vertente, o Juízo das Execuções Criminais e o Tribunal a quo negaram a remição tendo em vista que o curso realizado na modalidade de ensino a distância não teve nenhuma fiscalização de horas diárias estudadas ou de grade curricular por parte da Administração, tendo sido realizadas ao talante exclusivo do apenado, sem nenhum aval das autoridades penitenciárias.

2. Por oportuno, diz o art. 126 da Lei de Execuções Penais: "Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias; [...] § 2º As atividades de estudo a que se refere o § 1º deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados".

3. Como se vê, de fato, ainda que concluído o curso na modalidade à distância - in casu - a remição em decorrência do estudo exige, para cada dia de pena remido, a comprovação de horas de estudo, que, dada a sistemática da lei de execução penal, encontrando-se o apenado sob a custódia do Estado, deve preceder de fiscalização e autenticidade do cumprimento dos requisitos legais.

4. Na espécie, infere-se que as instâncias ordinárias entenderam que os requisitos necessários à concessão do benefício da

remição não restaram preenchidos, mormente em relação à comprovação das horas estudadas em cela pelo paciente, sendo que a reforma de tal decisão revela-se providência inviável na via estreita deste writ, pois demandaria apreciação fático-probatória.

5. A propósito, no recente julgamento do HC 473.098/MG, decidiu o Ministro Felix Fischer, em caso similar - relativo à insuficiência da comprovação acerca das horas estudadas em cela pelo paciente -, que a demonstração do cumprimento dos requisitos necessários à concessão do benefício demanda a análise de fatos e provas, providência inviável na via estreita do habeas corpus (HC 473.098/MG, DJe 3/12/2018).

6. Agravo regimental não provido. (AgRg no HC 478.271/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 30/08/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO PELO ESTUDO. NECESSIDADE DE CREDENCIAMENTO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO. ART. 126 DA LEI DE EXECUÇÕES PENAIS. RECOMENDAÇÃO N. 44/2013 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. WRIT DO QUAL NÃO SE CONHECEU. DECISÃO MANTIDA. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. A remição de pena pelo estudo, nos termos do art. 126, § 2º, da Lei de Execução Penal, depende da certificação do curso frequentado pelas autoridades educacionais competentes, por meio de documento idôneo, a fim de cumprir os requisitos exigido na Recomendação n. 44 do Conselho Nacional de Justiça.

2. O indeferimento da remição pleiteada em razão de frequência a curso de teologia na modalidade a distância, porque "não foi oferecido pela unidade prisional e nem contou com a sua supervisão" (e-STJ fl. 40), e pela ausência de credenciamento da instituição de ensino junto ao Poder Público não representa constrangimento ilegal passível de ser sanado na presente via, pois, encontrando-se o sentenciado sob a custódia do Estado, a remição depende de fiscalização acerca do efetivo cumprimento dos requisitos legais.

3. A fim de alterar o entendimento firmado no acórdão combatido, de que o apenado não comprovou o atendimento aos requisitos necessários ao deferimento da remição, seria necessário a análise de fatos e provas, providência inviável na via estreita do habeas corpus.

4. Mantém-se a decisão singular que não conheceu do habeas corpus, por esse se afigurar manifestamente incabível.

5. Agravo regimental desprovido (AgRg no HC 460.196/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 01/07/2019).

No caso em análise, o curso realizado pela paciente não tem natureza profissionalizante ou foi executado mediante a devida fiscalização no âmbito do sistema

Superior Tribunal de Justiça

penitenciário.

Ausente, portanto, qualquer constrangimento que justifique a concessão da ordem de ofício.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço da presente impetração.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator